

O governo comanda os aumentos

Reajustes comandados pelo governo continuam pressionando os indicadores de inflação, numa economia com pouco espaço para remarcação da maior parte dos preços – e dos salários, naturalmente. Indefesas diante dos aumentos patrocinados pelo setor público, as famílias têm de remanejar um orçamento já arrojado. São forçadas a conter o consumo de outros bens e serviços, baixando seu padrão de vida. A consequência para os negócios e para o emprego já é visível: como elevar o nível de atividade, se os preços e tarifas administrados comprimem o orçamento familiar?

Com os reajustes impostos pelo governo, as empresas brasileiras ficam claramente divididas em duas categorias – uma delas privilegiada pela política oficial; as outras batalham duramente para sobreviver. Com juros elevados, desemprego alto e consumidores ariscos, muitos empresários tiveram de cortar suas margens de ganho para permanecer no mercado. Quem opera em setores com alguma concorrência teve pouca esco-

lha. Seria suicídio repassar aos preços, de forma integral, as elevações de custos provocadas pela desvalorização do real. Há empresas, porém, que têm conseguido impor aos consumidores, apesar da retração do mercado, aumentos consideráveis.

São estatais, como a Petrobrás, operadoras de serviços públicos e indústrias pouco sujeitas à concorrência, como as farmacêuticas.

Em julho, os preços ao consumidor subiram 1,09% em São Paulo, segundo a Fipe. O maior aumento ocorreu no item transporte, por causa dos aumentos de preços de combustíveis, que aliás serão majorados novamente. (O governo, pelo visto, não aprendeu nada com a greve dos caminhoneiros.) Também o índice calculado pelo Dieese deu um salto, com uma variação de 1,19%. Seria exagero falar em recrudescimento da inflação, porque o espaço para uma alta geral de preços continua estreito. Mas a onda de aumentos nos preços administrados continua, com perdas importantes para o consumidor. A indústria farmacêutica está fazendo seus reajustes em

parcelas negociadas com o governo, depois da desvalorização cambial. Também têm ocorrido elevações importantes de tarifas de serviços.

O governo supostamente procurou, ao negociar com a indústria farmacêutica, tornar menos violento o repasse de custos de insumos importados. Esse repasse, pode-se argumentar, seria inevitável. A

concorrência é muito limitada no mercado farmacêutico e o consumidor tem pouquíssima escolha. A intervenção em mercados desse tipo é justificável, mas nem

sempre a ação do governo é eficiente. A negociação, neste ano, resultou apenas no parcelamento dos reajustes. O governo aceitou sem maior dificuldade a idéia do repasse dos custos. Esse tipo de argumento é inútil para os assalariados e para a maioria das empresas. O governo tentou eliminar, de modo geral com êxito, a idéia de indexação. Essa prática permanece, no entanto, para alguns setores privilegiados. Em algumas

atividades, o governo assume a função de coordenador de cartel, sacramentando, sem cobrar o mesmo sacrifício imposto a outros setores, a indexação de preços.

No caso dos combustíveis, o argumento é fiscal: é preciso reajustar os preços para cumprir o compromisso com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como a Petro-

brás é estatal e seu resultado entra nas contas federais, o Tesouro é duplamente interessado no assunto, pois os produtos fornecidos pela Petrobrás reco-

lhem impostos. O governo mantém uma complicada relação financeira com a estatal – assunto nebuloso para a maioria das pessoas – e isso envolve a fixação de preço dos combustíveis. No fundo, porém, fica difícil distinguir preços de tributos, quando reajustes são comandados com critérios fiscais. A história seria outra, provavelmente, se houvesse concorrência na importação, na produção e no refino do petróleo.

**Reajustes nos
preços
públicos criam
discriminação
entre as
empresas**

05 AGO 1999

ESTADO DE SÃO PAULO